

DECLARAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS SOBRE A PREPARAÇÃO DA TERCEIRA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O HABITAT E O DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL (HABITAT III) NO QUADRO DO DIA MUNDIAL 2014 DO HABITAT.

Texto a qual aderiram 106 redes, organizações da sociedade civil, movimentos, centros de pesquisa e indivíduos vindos de 28 países.

A Assembleia Geral da ONU convocou para 2016 a terceira Conferência das Nações Unidas sobre o Habitat e o Desenvolvimento Urbano Sustentável, chamada HABITAT III. A primeira reunião preparatória teve lugar em Setembro de 2014 em Nova York.

Para as organizações da sociedade civil organizadas a nível internacional, esta conferência constitui uma oportunidade para elaborar uma Nova Agenda do Habitat – não apenas uma Nova Agenda Urbana – que, considerando os espaços urbanos e rurais como um território contínuo, defina normas e obrigações internacionais que reconheçam o direito à cidade, à terra e ao território, e incluam também os temas de transporte de qualidade e de energia em harmonia com a natureza, e a memória urbana coletiva, entre outros.

Em 1976, quando a conferência HABITAT I teve lugar em Vancouver, foi redigida uma declaração sobre os estabelecimentos humanos, que veio da tomada de consciência da rápida urbanização, e que tomava em consideração a relação campo-cidade. Na Conferência HABITAT II em Istanbul, em 1996, a participação da sociedade civil permitiu realizar progressos significativos em termos de reconhecimento do direito à moradia e isto teve um impacto sobre a Agenda Habitat que saiu desta conferência. Mesmo assim, não se pode ignorar que estamos atualmente a testemunhar de processos de desenvolvimento urbano especulativos – contrários à lógica de produção social do habitat – financiarização e securitização da moradia, da propriedade e das hipotecas, assim como a expropriação das terras, que violam muitas vezes os direitos humanos reconhecidos e têm conduzido à extensão irracional das cidades, assim como à segregação social com consequências graves sobre a vida dos seres humanos, sobre a natureza e os espaços, e sobre a vida social e a possibilidade de cumprimento do direito de todos os povos, sem discriminação, a um espaço e a uma moradia com segurança para viver em paz e na dignidade.

Apesar das políticas implementadas nas últimas décadas terem tido por objetivo enfraquecer as zonas rurais e esvaziar-las dos seus habitantes para o benefício de grandes empresas com fins lucrativos e implicarem um crescimento das cidades negativo para as mesmas, as nossas organizações não podem ignorar a continuidade entre o mundo rural e o urbano, nem as ligações que entre eles existem. Não concordamos com o modelo hegemónico de desenvolvimento vindo destas políticas, que provoca a espoliação dos territórios das comunidades, dos povos indígenas e dos camponeses, a destruição do seu habitat e das suas fontes de rendimento, mas também a violência criminal que motiva a migração massiva, aumentando a pauperização e o abandono da sua cultura e das suas práticas comunitárias. Estas políticas chegam à impossibilidade de haver outras formas de vida que não estejam concentradas nas cidades.

Tudo isto exige que priorizemos os direitos humanos e as consequentes obrigações dos Estados nos debates, nas propostas e nas resoluções de HABITAT III. As organizações comunitárias e da sociedade civil fornecem também alternativas e propostas que deveriam ser analisadas durante a primeira conferência mundial pós-2015, como por exemplo: a avaliação necessária da implementação da Agenda Habitat II e do seu Plano de Ação Mundial; a

promoção de medidas visando vencer as desigualdades, a discriminação, a segregação e a falta de oportunidades para o acesso a uma moradia condigna e a garantia de uma vida em condições para todas e todos, tanto na cidade como no campo; a elaboração de propostas visando a criar instrumentos de planejamento e de orçamentação participativa, de apoio institucional à produção de habitat, de democratização dos espaços de gestão territorial, de monitoria cidadã e de coordenação do sector público com os sectores implicados no planejamento, na produção e na gestão do habitat assim como o reconhecimento da função social da propriedade. Tudo isso, entre outros, encontra-se explicitado e desenvolvido no quadro do direito à cidade que faz suas as lutas, experiências e expectativas dos habitantes das cidades como sujeitos de direitos.

Além disso, HABITAT III deverá encorajar as medidas e os instrumentos que favorecem hábitos de produção e consumo responsáveis, evitando as distorções da chamada « economia verde ». Dever-se-á ainda contemplar na nova Agenda saindo da conferência os instrumentos visando a prevenir, evitar e compensar as violações dos direitos humanos ligados ao habitat, em particular a espoliação de territórios, as expulsões e os despejos forçados de populações causados por megaprojetos e obras de infraestruturas. Finalmente, durante a conferência HABITAT III, para além da abordagem de cidades resilientes, é preciso conceber medidas visando atacar as causas profundas da degradação do meio-ambiente e dos câmbios climáticos.

Contudo, nada disso será possível sem que HABITAT III garanta uma participação da sociedade civil igual àquela dos demais atores. Isto deve concretizar-se em aspectos como a representação e a participação da sociedade civil aos comités nacionais, o acesso à informação, e particularmente a inclusão das nossas preocupações e propostas nos debates nacionais e internacionais, ao longo de todo o processo. Para se chegar à participação social no processo de HABITAT III, é preciso dispor de meios que criem condições apropriadas e dignas nos trabalhos que estiverem a decorrer antes, durante e depois da Conferência, incluindo o acesso aos documentos e um apoio logístico apropriado para que as propostas sociais atinjam todos os níveis ao longo de todas as etapas do processo. É fundamental considerar que a participação social reflete a igualdade de género, a facilitação das diversas faixas etárias, assim como a inclusão das pessoas com deficiências e dos representantes de povos autóctonos, respeitando os seus costumes.

A Nova Agenda Habitat deve absolutamente incluir a participação da sociedade civil e responder também à diversidade dos seus interesses, sentidos e práticas. Exigimos, portanto, que este esforço internacional inclua e reconheça os progressos e as vitórias, bem como as inovações geradas pelos sectores populares e sociais – que devem frequentemente enfrentar oposições, sofrer de falta de apoio e, até, verem-se criminalizadas – para permitir cidades mais justas, democráticas e sustentáveis, em quais os direitos dos habitantes sejam respeitados. Em resumo: a construção de uma outra cidade e dum outro mundo é possível.

A cidade é um direito, não uma mercadoria!

A moradia é um direito, não uma mercadoria!

O território é um direito, não uma mercadoria!

Outros lemas / situação local

Organizações internacionais

Habitat International Coalition (HIC) et International Alliance of Inhabitants (IAI)

Organizações nacionais, regionais e indivíduos

África do Sul

School of Architecture and Planning, University of the Witwatersrand

Angola

Indivíduos

Murielle Mignot, consultora em desenvolvimento e direitos econômicos, sociais e culturais

Argentina

Organizações

Asociación Civil Madre Tierra

Centro de Estudios Urbanos y Regionales (CEUR-CONICET)

Centro de Investigación y Desarrollo Institucional (CIDI)

Centro de Intercambio y Servicios para el Cono Sur (CISCSA)

Federación de Tierra y Vivienda (FTV)

Fundación Equipo de Arquitectura de Servicio y Acción Social –Organización Técnica de Apoyo (EDAS-OTA)

Habitar Argentina "Iniciativa Multisectorial por el Derecho a la Tierra, a la Vivienda y al Hábitat

Instituto Internacional de Medio Ambiente y Desarrollo (IIED América Latina)

Indivíduos

Virginia Miranda Gassull, becaria del CONICET

Bolivia

Organizações

Comité Articulador de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua de Bolivia (CACVAM)

Construyendo Comunidades

Foro Permanente de la Vivienda (FOPEVI)

Fundación Prohábitat

Red Hábitat

Red de Mujeres Líderes Barriales (RMLB)

Red Nacional de Asentamiento Humanos (RENASEH)

Indivíduos

Jancarla Loayza M.

Brasil

Centro de Estudos, Articulação e Referência sobre Assentamentos Humanos (CEARAH)

Instituto Pólis

Terra de Direitos

União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP)

União Nacional por Moradia Popular (UNMP)

Camarões

Développement et des Droits de l'Homme au Cameroun (GICAR-CAM)

Chile

Organizações

Asociación Chilena de Barrios y Zonas Patrimoniales

Corporación de Estudios Sociales SUR

Desarrollo de Hábitat | TECHO - Latinoamérica y el Caribe

Hábitat para la Humanidad- Chile

Movimiento Nacional por la Reconstrucción Justa

Vecinos por la Defensa del Barrio Yungai

Vicaria de Pastoral Social y de los trabajadores, Arzobispado de Santiago

Indivíduos

Ana Sugranyes, arquiteta

Colômbia

Congreso de los Pueblos

Grupo de Investigación "Procesos Urbanos en hábitat, vivienda e informalidad", Universidad

Nacional de Colombia, sede Bogotá

Poder y Unidad Popular

Coréia

Asian Bridge

Costa Rica

Fundación Promotora de Vivienda (FUPROVI)

Equador

Somos Ecuador

Egito

The Egyptian Center for Right to City

El Salvador

Fundación Salvadoreña de Desarrollo y Vivienda Mínima (FUNDASAL)

Espanha

Associació Catalana d'Enginyeria Sense Fronteres (ESF)

Estados Unidos

International Accountability Project

França

Apoyo Urbano/Appui urbain

Habitat en Mouvement

Gana

Tenant Resources and Advisory Centre-TRAC

Guatemala

Asociación Servicios a Programas de Desarrollo e Investigación (ASOSEPRODI)

Servicios Jurídicos y Sociales (SERJUS)

Israel

Arab Association for Human Rights-HRA

Mali

Association Malienne pour la Sauvegarde du Bien-être Familial (AMASBIF)

México

Organizações

Asamblea de Barrios Santa María de la Rivera

Barzón de la Ciudad de México

Centro Operacional de Vivienda y Poblamiento, A.C. (COPEVI)

Centro de Estudios Sociales y Culturales Antonio de Montesinos (CAM)

Central Unitaria de los Trabajadores (CUT)

Coalición de Colonias Unidas de Oaxaca

Coalición Internacional para el Hábitat, Oficina para América Latina (HIC-AL)

Colectivo de Ciudadanos de Iztapalapa en Defensa de la Energía Eléctrica

Comisión Mexicana de Defensa y Promoción de los Derechos Humanos, A.C.

Comité Lucha Popular (CLP)

Consultoría Especializada en Justiciabilidad de Derechos Económicos, Sociales y Culturales (CEJUDESC)

Cooperación Comunitaria CCONG México, A.C.

DECA Equipo Pueblo, A.C.

Espacio de organizaciones civiles sobre derechos económicos, sociales y culturales (Espacio DESC)

FIAN México

Fomento Solidario de la Vivienda A.C. (FOSOVI)

Frente Popular Francisco Villa México Siglo XXI

Frente del Pueblo (Resistencia Organizada)

Hábitat para la Humanidad-México

Hábitat, Participación y Género (Lahas) de la Facultad de Arquitectura de la UNAM

Instituto Mexicano para el Desarrollo Comunitario AC (IMDEC)

La Asamblea Veracruzana de Iniciativas en Defensa del Agua y del Ambiente (LA VIDA)

Movimiento Urbano Popular de la Convención Nacional Democrática (MUP-CND)

Ocupa Tu Ciudad A.C.

Organización Independiente de la zona de Tlahúac-Movimiento Proletario Independiente (OIZT-MPI)

Organización Nacional del Poder Popular Chiapas ONPP-Chiapas

Patria Nueva

Programa Mesoamérica del Instituto de Derechos Humanos Ignacio Ellacuría S.J. de la Universidad Iberoamericana de Puebla.

Regional sureste de la red de producción social de vivienda

Sociedad Organizada en Lucha (SOL)

Unión de Colonias Populares (UCP)

Unión de Colonos de San Miguel Teotongo A. C.

Unión de Colonos, Inquilinos y Solicitantes de Vivienda del Estado de Veracruz (UCISVER-Pobladores)

Unión Popular Francisco Villa A.C.

Unión Popular Valle Gómez
Unión Popular Revolucionaria Emiliano Zapata (UPREZ)
Vecinos en Defensa del Parque Reforma Social
Vecinos Justo Sierra 27

Individuos

Adelina González Marín, Mestre em Desenvolvimento Rural
Alejandro López Ángeles
Federico Bolaños
Sergio Gallegos Nieto

Palestina

Arab Center for Agricultural Development (ACAD)
Land Research Center
Popular Development Center (PDC)

Paquistão

Sewa Development Trust Sindh

Peru

Organizações

Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo (DESCO)
Centro de Investigación, Documentación y Asesoría Poblacional (CIDAP)
Instituto de Desarrollo Urbano (CENCA)

Individuos

Angélica Nagy Román, Arquitecta

República Dominicana

Cooperativa de Producción Social de la Vivienda y el Hábitat

Suíça

urbaMonde

Turquia

Individuos

Batur Talu, Consultant Média, "Touch the Life Association"

Uruguay

Federación Uruguaya de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua (FUCVAM)